



SINAL

ANO 2 - Nº 6 - MAIO/JUNHO/JULHO-92 - BOLETIM INFORMATIVO DO SINAL/SISTEMA DE INFORMAÇÕES A NÍVEL LOCAL



Regina L. Nunes

**CRIANÇA... NUNÇA, NUNCA, VERÁS
NENHUM PAÍS COMO ESTE.**

OLAVO BILAC

EDITORIAIS

A CPI do PC Farias e Collor: a nosso ver, parece que há duas questões em jogo sobre a CPI e o envolvimento do presidente Fernando Collor. A primeira é se, de verdade, há ligações entre os escândalos de PC Farias e Collor. E neste ponto nós concordamos com a opinião da maioria de que é necessário apurar todos os fatos e chegar às últimas conclusões, punindo quem deve ser punido. Nossa posição é a de que, mesmo que o impeachment de Collor, ou, quem sabe, sua renúncia, possam criar dúvidas sobre o futuro, é necessário desencadear o processo. Há alguns que acham que já que Collor está totalmente desgastado e desmoralizado, que seja melhor que permaneça na presidência, sem um poder real, com o controle sendo mantido por outras pessoas. Dessa forma, não teríamos que experimentar o desconhecido, com o vice-presidente assumindo, ou com novas eleições.

A nosso ver, a instalação da CPI é o início de um processo que terminará com a apuração dos fatos. Uma vez terminada se as conclusões indicarem o envolvimento do presidente, deve ser

exigido que renuncie, e caso haja recusa, deve ser instalado o processo de impeachment.

Mesmo que muitos saibam que sempre houve desvio de verbas e o uso particular do dinheiro público, a oportunidade que se apresenta é diferente, pois a nação assiste ao processo. Não importa que tenha havido desvio no passado, a situação é diferente: não se pode chegar a uma conclusão pública de crime e não agir de acordo.

Mas, nos parece, há uma outra questão talvez tão importante quanto a primeira. Depois de ver Alcení e Magri serem substituídos por dúvidas sobre o desvio de dinheiro público; depois de ver quanto PC Farias se envolveu no Governo atual, sem fazer parte dele formalmente; depois de ver as acusações sobre PC Farias pagar as contas da família Collor; e lembrando as suspeitas sobre Rosane Collor e as verbas da LBA, surge uma pergunta tão importante quanto a de se Collor se envolveu em tudo isso.

Se, de fato, ele não sabia de nada disso, pode até ser que seja inocente.

Mas há de se perguntar também sobre o preparo do presidente para o cargo. Se não sabia o que os ministros estavam fazendo, nem a sua mulher, nem sua secretária particular, qual é a sua capacidade de lidar com questões muito mais complicadas com relação à economia e à política da nação e à posição do Brasil neste mundo tão complexo?

CEPEL também se coloca solidário com os moradores das favelas do Morro do Alemão, ameaçados de despejo. CEPEL entende que essa ameaça é uma boa oportunidade para o Governo do Município e do Estado do Rio de Janeiro de serem em prática o que foi discutido na Eco'92, pois um dos assuntos que mais chamou atenção naquela reunião foi a questão da ameaça ao ecossistema de uma cidade devido às populações não terem onde morar. Justamente porque o solo urbano onde são construídos edifícios é o mais valorizado, as populações que não têm onde morar tendem a ocupar o solo urbano necessário para a preservação do ecossistema: beira de praias, morros com

vegetação que evitam queda de barreiras e outras áreas que contribuem para a conservação do ecossistema. Nesse sentido, obrigar mais de 100.000 moradores de favelas a deixarem suas residências, onde muitos moram por mais de 30 anos, é incentivar essas pessoas a procurarem terrenos que são justamente aqueles necessários para preservar o equilíbrio ecológico da cidade. Todo mundo tem direito de morar bem e cabe ao Estado providenciar esses espaços, mesmo que cause prejuízos aos proprietários de alguns lotes urbanos. Os direitos individuais não podem ser mais importantes do que os direitos sociais.



ATENÇÃO

O CEPEL adios o prazo do "1º CONCURSO DE CHARGES" por causa das férias antecipadas em função da Eco'92. Está valendo a data de 15 de setembro de 1992 (valendo a data da postagem).

Aproveite mais essa oportunidade e mãos à obra.

OBS:

As normas do concurso se encontram no SINAL nº 5. Os prêmios serão reajustados conforme o índice da inflação.

Christina (Kia) Eiler
Débora Pires Garcia
Eduardo Siqueira
Ernani A. da Conceição
Fernando de Souza
Luiza de Marillac Gomes
Mauricélia de Carvalho
Maurício de Lima Gomes

Mônica de Amorim
Victor Vincent Valla
Colaboradores:
Carla Moreira Pereira
Carlos Dimas M. Ribeiro
Helena Maria V. Moraes
Mara de Silva Rosa
Maria Alice P. de Carvalho

Sílvia Maria Chastod
Datilografar:
Marta de Lourdes Ferreira
Diagramação: Gaudilí Gama Neves
Edição Eletrônica:
WLCA/Terra Ativa
Rua do Senado, 230, sobrelaje 205 e 210
Tels.: 221-3640, 253-6727 e 232-7508

EXPEDIENTE
COMISSÃO EDITORIAL

PAPO DAS SEIS 92

Nos meses de maio e junho foram realizados dois "PAPO DAS SEIS": "Meninos de Rua, Meninas na Rua", com a presença de Giovanni Harvey do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e Antônio Futuro, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Em junho, "Fracasso Escolar, culpa de quem?", com Victor Vincent Valla e Eliane Holanda, do Núcleo de Educação,

Saúde e Cidadania, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz. Valla é também Presidente do CEPEL. De certa forma, a capa deste número simboliza a tragédia das crianças no Brasil, com a fotografia de uma delas e a bandeira brasileira rasgada. Tal tragédia significa não somente a falta de apoio das autoridades às escolas públicas e na proteção da vida das crianças. Nessas duas áreas, se não tomarmos cuidado, podemos cair no jogo desse discurso que culpabiliza as crianças por não prestarem atenção às aulas, por não se esforçarem. Da mesma forma, esse discurso coloca o comportamento dessas crianças de rua como sendo de responsabilidade delas, ou dos seus pais. Não podemos esquecer que o Brasil tem o salário mínimo mais baixo no mundo e que frequentemente as pais são obrigadas a trabalhar 10 horas por dia e a viajar no transporte público por mais quatro horas.

MENINOS DE RUA,
MENINOS NA RUA

A aproximação da Eco'92 provocou uma discussão nos meios de comunicação sobre quantos seriam os "meninos de rua" e os "meninos de rua", já que o Governo pretendia "limpar" a cidade, principalmente nas áreas próximas aos locais de concentração turística.

Futuro iniciou sua participação dando informes sobre as manifestações previstas para a Eco, como o "Armistício da Paz" (25/05) e o "Acompagnamento" de meninos e meninas de rua no Aterro do Flamengo.

Salientou também que uma questão a ser discutida nesse "o que fazer" com essas crianças é o fato de termos aproximadamente 400 mil delas fora da escola e que segundo um estudo realizado pelo CEP (Conselho Estadual de Professores) bastaria a construção de duas salas de aula em cada escola para dar conta dessas crianças, pelo menos no que se refere ao número de vagas.

Denunciou o recolhimento de crianças que vinha sendo feito já em função da Eco'92, e viu a dispersão provocada pela repressão policial, fazendo com que elas se deslocassem para outros bairros e até outros municípios, o que além de não resolver o problema acabou criando outros.

Citou ainda um seminário promovido pelo Governo do Estado na Uerj (15/05/92) para discutir os albergues que forneceriam comida e dormida para as crianças. Segundo Futuro, esse assunto é polêmico e carece de mais discussão e iniciativas, já que existem lugares que poderiam ser aproveitados como albergues, sendo desnecessário o gasto de dinheiro público com novas construções.

Em sua exposição, Giovanni levantou a questão da possibilidade de ocorrer no Brasil, no período de 1995 ao ano 2000, um fenômeno demográfico que abrange a faixa etária de 14 a 25 anos denominado "onda jovem". Este fenômeno aponta para o crescimento acentuado do número de jovens no país, significando entre outras coisas um excedente de mão-de-obra e de candidatos ao ensino superior. O que ocorre hoje é um momento de crise generalizada no Brasil, e segundo o representante do CEAP, o Governo não tem mecanismos de absorção empregatícia para a faixa etária jovem. A perspectiva para daqui a 5 anos é desanimadora: desemprego e falta de vagas nas escolas.

Giovanni acredita que a política econômica do Governo deveria se deter na discussão dessas questões junto a entidades civis, no sentido de se traçar possíveis caminhos na resolução desses problemas.

Um outro ponto levantado por Giovanni durante sua fala foi o fato das políticas governamentais se configurarem como fáblicas de meninos de rua na medida em que essas políticas descompromissadas com a questão social acentuam a recessão, o êxodo rural, o desemprego, o arrocho salarial e, por consequência, determinam o aumento de uma parcela marginalizada da população. Para ele, a questão dos meninos de rua não deve ter uma abordagem quantitativa (saber quantos meninos de rua e na rua existem no município do Rio de Janeiro não é suficiente para solucionar o problema) e sim socio-política. A preocupação primordial deve ser no sentido de se trabalhar as causas que possibilitam a manutenção dos meninos de e na rua.

Ao discutir o problema do extermínio de menores, o representante do CEAP apontou para uma medida tomada por Célio Borja - atual Ministro da Justiça - que define ser o extermínio de menores até 18 anos a ação premeditada e organizada de estruturas paralelas financiadas por empresários (policia mineira), com o objetivo ideológico de exterminar crianças e adolescentes. Com essa definição, o Ministro exclui os jovens maiores de 18 anos e menores de 21 do foco dos grupos de extermínio, apesar desses jovens fazerem parte dos grupos de extermínio.

Segundo Giovanni, mudar o rótulo do problema, ou tentar mudar o ângulo de análise da questão só atrapalha a discussão a respeito do extermínio. Ele finalizou sua exposição defendendo a ideia de que a sociedade e o Governo devem estar atentos sobretudo com a garantia da cidadania e principalmente com o que é preciso fazer no sentido de mantê-la e preservá-la.

FRACASSO ESCOLAR,
NEGAÇÃO DA CIDADANIA

Escola pública é um serviço como qualquer outro: luz, água, transporte público e assim sucessivamente. Isso significa que, como esperamos que a água chegue em nossas casas, 24 horas por dia, em quantidade, esperamos também que nossos filhos completem as cinco séries do primeiro grau em oito anos, e não em nove, dez, onze ou doze anos.

Com os outros serviços, fica claro para a maioria da população que, se o serviço não funciona bem, a responsabilidade é dos governos municipais ou estaduais. Assim, se o ônibus da nossa rua não passa na hora certa ou deixa de passar, nunca julgamos que nós seríamos culpados por não ter esperados na hora certa ou no ponto certo. Se a luz se apaga à noite, imediatamente olhamos pela janela para ver se o problema é de nossa casa ou se é de rua. Dessa forma ficamos sabendo quem é o responsável. Identificamos a Cidasa, a Comurb, e Light ou a companhia do trânsito como os responsáveis e encontramos algum tipo de reclamação. Pagamos nossos impostos e esperamos um serviço de qualidade e de uma forma permanente.

Quando, no entanto, nossos filhos são reprovados na escola pública e obrigados a repetir o ano, a nossa reação não é sempre a mesma que temos quando outros serviços não funcionam. No caso dos nossos filhos "não aprenderem", a tendência é a de tentar explicar o problema como sendo da responsabilidade deles ("não se esforça", "não presta atenção" ou "não dá para o estudo") ou, ainda, de seus pais ("os pais não ligam", "não incentivam").

Se lembrarmos que a escola pública é um serviço público e que pagamos por esse serviço com nossos impostos, então o primeiro responsável para o bom funcionamento da escola é a Secretaria Estadual de Educação ou a Secretaria Municipal de Educação. Devem oferecer escolas com prédios em bom estado de funcionamento e professores com bons salários, podendo trabalhar umas seis horas por dia com o restante de tempo para estudar e preparar as aulas. Se os governos não oferecerem condições adequadas para os professores trabalharem bem com nossos filhos, e por isso os culpados pelo alto índice de fracasso escolar, culpar os alunos também não explica porque tantos não conseguem passar de ano. É muito comum que nas turmas da primeira série, mais de cinquenta por cento (50%) não passem do ano. Alunos procuram uma saída para explicar esse problema. Os governantes dizem que os professores não se esforçam suficientemente e que só querem fazer greve. Os professores frequentemente dizem que os alunos são pobres, desnutridos, moram nas favelas e que muitos deles não vivem com pai e mãe.

Essa ideia de culpabilizar os pais e os filhos, justamente quem pagam os impostos, tem nome: chama-se a "culpabilização da vítima". Ou seja, quem é reprovado é responsável pela sua reprovção. Se a escola pública é um serviço público, então dizer que os pais e filhos são os responsáveis é igual a dizer que não há ônibus na sua rua porque você não sabe onde o ponto está, ou não tem água na sua casa porque você não sabe abrir a torneira.

Talvez porque o problema se tão grave, que muitas das pessoas envolvidas nesse problema - Governo, professores, pais e filhos - tendem a atribuir à causa de repetição um problema de saúde.

Assim a repetência é atribuída à pobreza, à desnutrição, à separação dos pais, ao desemprego do pai, as longas horas de trabalho da mãe. Além dessa série esta a de que há algum tipo de distúrbio mental do aluno, especialmente o aluno pobre, morador da favela. O distúrbio seria causado pelo fato de que teve pouca alimentação logo depois de nascer ou de que o parto da criança foi difícil, permitindo que tivesse pouco acesso ao oxigênio quando saiu de ventre da mãe. Ou ainda que os distúrbios emocionais causados pela separação dos pais ou as dificuldades causadas pelo desemprego do pai ou pela ausência da mãe tivessem afetado o desempenho do aluno. Todas estas explicações teriam como origem algum tipo de problema de saúde física ou mental, embora na maioria das vezes a explicação aponta para algum tipo de saúde mental.

Ainda que se possa dizer que determinados alunos também têm problemas de aprendizagem devido a questões de saúde, o raciocínio não é válido em geral. Vejamos, nesse sentido, a importância da desnutrição.

Em primeiro lugar, achamos, sim, que a desnutrição pode afetar a aprendizagem. Mas na realidade há três tipos de desnutrição: grave, moderada e leve. A desnutrição grave afeta tanto a criança que não somente perde a capacidade de aprender, mas corre o risco de perder a vida também. A desnutrição moderada afeta tanto a criança que ela não consegue permanecer na escola. Estudos demonstram que se a criança na escola é desnutrida, ela tem o que se chama de "desnutrição leve", que afeta o aluno da mesma forma que a sensação de fome. Como a sensação de fome prejudica a criança na sala de aula, essa situação pode ser resolvida com uma boa merenda. Aliás, a merenda não deve ser vista como favor do governo, pois todos os governos no mundo inteiro oferecem merenda aos seus alunos, não porque são pobres, mas porque qualquer pessoa que permanecer numa escola por algumas horas fica com fome. Nesse sentido, o norte-americano tem duas merendas por dia e o japonês, três, tanto é o tempo que ficam nas escolas o dia todo. Assim nenhum governo, nenhuma prefeitura deve ser vista como boa-mé porque dá merenda para as crianças. Nossa responsabilidade é a de fiscalizar as instituições para garantir que a merenda seja diária e de boa qualidade.

Mas o mais importante de toda essa discussão é que, em geral, todas as crianças, ricas e pobres, têm condições de aprender, e que os possíveis problemas de saúde que uma criança possa ter não são por causa da escola, mas é a mesma doença que qualquer criança da sua idade pode pegar, seja ela dentro da escola ou não.



PROBLEMAS QUE ESTÃO NO MAPA

COMPLEXO DA PENHA

COM A PALAVRA, A CEDAE

Entrevista com o responsável pelo Cidac, (Rua São João, 20 - St. Rui, Rio de Janeiro) que explica a situação sobre as favelas do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha, Merendinha e o Complexo da Penha. Nesse sentido, o CEPEL, através do SINAL, tem atuado em favor do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha e Merendinha?

CEDAE: Não atuamos pelo desenvolvimento do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha e Merendinha, mas sim pelo desenvolvimento do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha e Merendinha.

SINAL: Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro e Cascatinha.

Como são atendidas as favelas do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha e Merendinha?

CEDAE: São atendidas pelo desenvolvimento do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Cascatinha e Merendinha.

SINAL: Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro e Cascatinha.

SERVIÇOS PÚBLICOS NAS FAVELAS

PRIMEIROS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA PELO CEPEL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA, QUALIDADE DOS ESGOTOS E COLETA DE LIXO NAS FAVELAS DA LEOPOLDINA.

Os dados sobre a distribuição da água, a qualidade dos esgotos e a coleta de lixo nas favelas da Leopoldina foram os primeiros resultados da investigação realizada pelo CEPEL. Os dados foram coletados em 24 favelas por dia. Os dados sobre a água, o lixo e o esgoto serão apresentados em um relatório sobre "SE LIGA NO SINAL".

Estes dados serão apresentados em um relatório sobre "SE LIGA NO SINAL".

Os dados sobre a distribuição da água, a qualidade dos esgotos e a coleta de lixo nas favelas da Leopoldina foram os primeiros resultados da investigação realizada pelo CEPEL. Os dados foram coletados em 24 favelas por dia. Os dados sobre a água, o lixo e o esgoto serão apresentados em um relatório sobre "SE LIGA NO SINAL".

Estes dados serão apresentados em um relatório sobre "SE LIGA NO SINAL".

COMPLEXO DA MARÉ

No Complexo da Maré, o SINAL, escreveu a favela Nova Holanda como exemplo das favelas do Complexo. O importante em analisar os dados obtidos é lembrar que essa favela é totalmente urbanizada, isto é, possui os serviços de água, coleta de lixo e esgoto como qualquer bairro da cidade.

Segundo o funcionário do núcleo local da Cedae, responsável pelas notificações, o levantamento de reclamações por ruas ainda não foi feito, mas afirma que as reclamações são recorrentes em determinadas partes da comunidade como nas ruas Aymoré e das Maravilhas.

O mesmo funcionário acredita que a qualidade da obra é boa e que os problemas ocorrem por falta de manutenção e má utilização da rede.

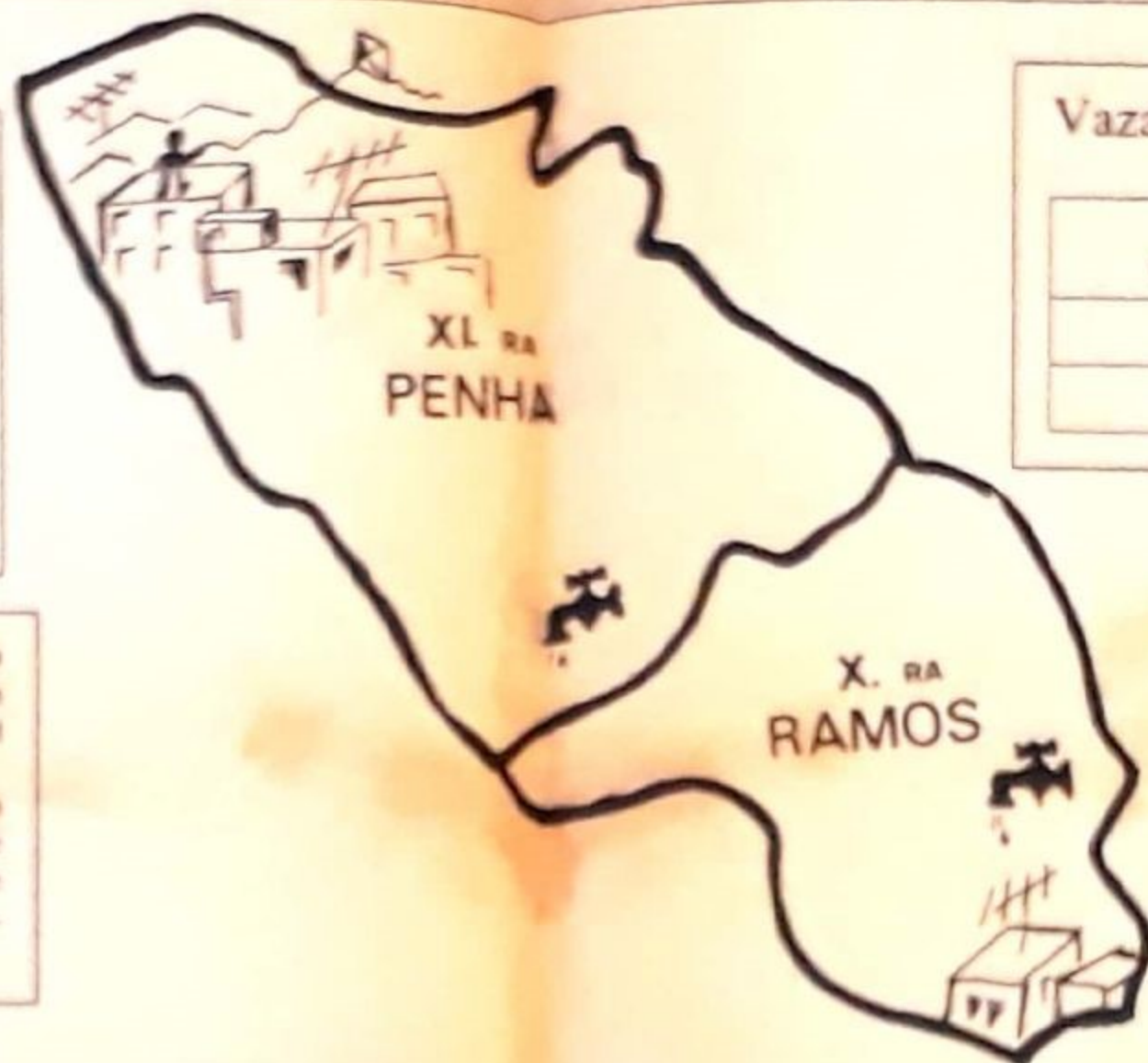
NOVA HOLANDA	
2.340	DOMICÍLIOS
34	RUAS
14.000	MORADORES

E OS MORADORES, O QUE DIZEM?

Um morador da Rua São Antonio fala que o uso de água e saneamento são importantes para a saúde. O morador acha que não recebe nem água nem esgoto. O morador da Rua São Antonio fala que o uso de água e saneamento são importantes para a saúde. O morador acha que não recebe nem água nem esgoto.

Um morador da Rua São Antonio fala que o uso de água e saneamento são importantes para a saúde. O morador acha que não recebe nem água nem esgoto. O morador da Rua São Antonio fala que o uso de água e saneamento são importantes para a saúde. O morador acha que não recebe nem água nem esgoto.

Um morador da Rua Sargento Neves dos Santos fala que a água não é de boa qualidade e mal servida. Por exemplo, aproximadamente há seis meses atrás a água estava saindo com cheiro de fezes, porque as instalações estão instaladas próximas aos esgotos e à flor de terra. Moradores do Parque Proletário da Penha reclamam que a água às vezes vem com muito cheiro.



Vazamento de esgoto

TOTAL DE RECLAMAÇÕES	RECLAMAÇÕES POR DIA
MAIO - 128	4,2
JUNHO - 114	3,8

Nº TOTAL DE RUAS	MÊS	RECLAMAÇÕES POR RUA
34	MAIO	3,7
	JUNHO	3,3

Informações obtidas no núcleo local Cidac

Vejamos o que os moradores dessas ruas dizem sobre a qualidade das obras:

Rua Aymoré (Nova Holanda).

"As obras foram feitas, mas a vala negra continua... a água fica minando dentro de casa e as crianças brincam no esgoto na rua, a gente chama a Cedae e ela demora de 15 a 20 dias para atender"

Rua das Maravilhas

"A qualidade da obra é ruim, não funciona... O esgoto tá sempre com problemas... Não tem manutenção, aqui nada funciona só porque é favela".

E A COLETA DE LIXO, COMO ESTÁ?

Aguardem mais dados sobre água, esgoto e lixo no próximo número do SINAL. Mas, enquanto não sai, dê uma olhada nesta entrevista com um funcionário da Comlurb sobre a coleta de lixo no Complexo da Penha. Você, morador, acha que é assim que o lixo é coletado? Mande uma carta para CEPEL dando sua resposta.

SINAL: Como é feita a coleta de lixo nas favelas do Parque Proletário da Penha, Merendinha e Vila Cascatinha?

COMLURB: As coletas são feitas todas as vezes de

ruas, quintas e alamedas.

SINAL: Como é coletado o lixo onde o carro não entra?

COMLURB: Através de um tratorzinho.

SINAL: E onde o tratorzinho não entra?

COMLURB: Até 200 metros, os garis do tratorzinho vão apertar o lixo.

SINAL: E nos casos que passam de 200 metros, como é feita a coleta de lixo?

COMLURB: Nesses casos, dois garis sobem o muro com uma cesta, fazendo a coleta.

Reclamações e críticas se sucedem e alguns moradores identificam como principais responsáveis por esse descaso os governos estadual e municipal, dizendo: "Gastaram um dinheirão enfeitando a cidade por causa da Eco'92, enquanto grande parte da população vive com esgoto à céu aberto".

Aqui, na própria fala do morador, percebe-se a consciência de que esta situação não acontece por acaso, mas

sim determinada pela lógica do capital direcionado para manutenção e financiamento de obras de infraestrutura, de boa qualidade, em bairros de poder aquisitivo mais elevado. Uma coisa é certa. Esses dados se combinam com as opiniões dos moradores que, no exercício de sua cidadania, reivindicam qualidade e manutenção dos serviços ao órgão competente.

Na tabela abaixo, reclamações sobre a água e esgoto nas Associações de Moradores do Parque Proletário da Penha, Vila Cruzeiro, Merendinha e Cascatinha.

FAVELA	RECLAMAÇÕES POR DIA
Parque Proletário Penha	415
Vila Cruzeiro	410
Merendinha	415
Cascatinha	430
Total	1670

O que nos dizem esses dados? No Complexo da Penha, as reclamações que as Associações de Moradores fazem são das 08:00 às 18:00 diariamente, há sete (7) reclamações por hora e mais de 2.000 reclamações por mês.

Como estão funcionando as "Nossas Escolas"?

O CEPEL, junto com um grupo de professores e pais de alunos, está realizando uma pesquisa sobre as condições de funcionamento das escolas municipais em diversos bairros da Leopoldina.

Já faz algum tempo que os profissionais da Educação, além de denunciar a degradação salarial a que estão submetidos, procuram sensibilizar a sociedade sobre as precárias condições de trabalho no ensino público. Os meios de comunicação, por ocasião das greves, costumam dar rápidos "flashes" focalizando prédios escolares com paredes sem reboco, banheiros inutilizados, carteiras quebradas etc...

Mas as greves terminam e raramente se volta a falar das condições

em que o ensino público vem sendo realizado no dia a dia.

Envolvida nos problemas urgentes da sobrevivência, a maioria da população não tem como acompanhar de perto a atuação dos órgãos responsáveis pela Educação Pública. Muitos ainda consideram a escola pública como escola gratuita, como se todos não pagassem por ela. Muitos pais de alunos talvez nunca souberam, mesmo porque raramente foram informados, quantas crianças estudam junto com seus filhos numa mesma sala de aula. Quantos pais já tiveram ocasião de analisar e discutir quais são as condições físicas adequadas para que seja garantido um ambiente favorável à aprendizagem das crianças?

Se é obrigação do Estado garantir a todas as crianças o ensino básico, é também responsabilidade de todos nós, cidadãos, conhecer e avaliar se e como este dever está sendo cumprido.

Neste sentido, a fim de conhecer e analisar as condições de funcionamento das escolas municipais dos 5º e 7º DECS, estamos levantando os seguintes dados: a quantidade de salas de aula disponíveis; o número de alunos por sala de aula; o número de profissionais disponíveis em cada escola (relação entre profissionais e alunos); condições de ventilação, iluminação e conservação das salas de aula e das outras dependências da escola; mobiliário, equipamentos e recursos didáticos disponíveis; e as condições higiênicas e sanitárias das instalações,

sobretudo cozinhas, refeitórios e banheiros.

A partir desses dados coletados, esperamos traçar o perfil real do funcionamento diário das escolas municipais dos bairros da Leopoldina.

Estamos chamando as escolas municipais de "Nossas Escolas" porque nelas os nossos filhos estão estudando ou deveriam estudar. Sobretudo porque, afinal, elas não só foram construídas como também são mantidas pelo trabalho e pela contribuição de todo nós.

Nessas escolas é que, a cada ano, as novas gerações experimentam pela primeira vez - e no decorrer de, pelo menos, oito longos anos - o tratamento que a sociedade dispensa a seus pequenos cidadãos.

UM POUCO MAIS SOBRE A ECO-92

"Com somente 20% da população mundial, eles consomem dois terços dos metais e três quartos da energia que se produz no mundo. Têm envenenado os mares e rios, têm contaminado o ar, têm debilitado e perfurado a camada de ozônio, têm saturado a atmosfera de gases que alteram as condições climáticas com efeitos catastróficos que começamos a sofrer"

Fragmento do Discurso de Fidel Castro na Eco-92 referindo-se aos países ricos



O CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina - foi convidado a discutir as "Condições de vida nas favelas" no Fórum Global das ONG's, chamando também para a apresentação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH Bento Rubião, no dia 3 de junho de 1992.

A partir dessas discussões relativas à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o CEPEL se propõe agora a avaliar alguns aspectos desse encontro, entendendo que as Nações Unidas representam hoje um novo papel como organização mundial a serviço das nações mais ricas. A posição dessas nações mais ricas parece ser uma cruzada de vários países contra os possíveis desastres causados pelo efeito estufa.

A idéia de se colocar num mesmo patamar de discussão países com histórias de recuperação ambiental diferentes, como por exemplo Paraguai, Estados Unidos, Taiwan e Guatemala torna inviável qualquer avanço, no sentido de uma convergência de interesses.

O acordo sobre o clima e sobre a emissão de gases tóxicos que provocam o efeito estufa não foi ratificado. As grandes empresas farmacêuticas americanas não quiseram assinar o Tratado da Biodiversidade por não aceitarem que países como o Brasil fossem soberanos em estabelecer preços sobre produtos americanos, feitos com matéria-prima de países pobres. Essas recusas dos países desenvolvidos em assinar os tratados que discutiram exa-

tamente o modelo de desenvolvimento por eles empregados significa a reafirmação de um estilo desenvolvimentista concentrador de terra, renda e tecnologia responsável pela degradação do meio ambiente. Somente uma ruptura com esses atuais padrões de desenvolvimento dos países de 1º mundo poderia garantir a sobrevivência da humanidade.

Um outro dado importante a ser lembrado é que hoje milhões de pessoas se concentram em centros urbanos, vivendo em críticas situações de poluição, tanto de águas como do ar ou do solo, privados de qualquer perspectiva que satisfaça suas mais elementares necessidades de moradia, alimentação, abastecimento de água, esgotamento sanitário e transportes públicos. Essas privações, vividas principalmente por populações de baixa renda, levam a uma deterioração das condições de saúde, pondo em risco a reprodução da vida e a manutenção da espécie humana.

A política neoliberal, amplamente praticada pelos organismos financeiros multilaterais e pelos governos que se desobrigam a investir em políticas sociais e infra-estrutura, gera uma violação da cidadania, promovendo a exclusão dos empobrecidos, que, submetidos à lógica do capital e do mercado de prestações de serviços, tais como saúde, educa-

ção e moradia, não têm como pagar esses mesmos serviços. Essa política exploratória resulta num crescente número de sem-casa, meninos de rua, favelas, cortiços, periferias desequipadas, além de destruir identidades, valores culturais e estruturas familiares.

Uma possível saída para essa situação caótica instaurada pelo neoliberalismo, seria fazer da função social da cidade e da propriedade, a garantia do interesse comum sobre o direito individual da propriedade, como o uso justo do espaço urbano, a democracia dos espaços de poder de produção e de cultura dentro dos parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis.

Entendemos que, na proporção em que as pessoas pobres não têm onde morar, tendem a ocupar justamente aqueles espaços urbanos que são reservados para fins ecológicos: morros, beira de praias, desmatando o que é necessário para garantir a construção da sua moradia. Na medida em que deixamos os pobres morarem onde podem, prejudicamos a manutenção daquilo que é necessário para a sobrevivência da cidade. Para que se evite o agravamento dessa situação, seria preciso que as forças progressistas se organizassem e se mobilizassem para garantir que o solo urbano adequado para moradia seja preservado, para as populações marginalizadas, mesmo que essa atitude signifique a invasão da propriedade privada.

Se não atentarmos para esses aspectos, a cidade não sobreviverá.

Fontes Consultadas:

- QUEIROZ, Antonio Carlos. "Panacéia Desmistificada", Brasil Agora, 15-28/06/92, p.14
- OLIVEIRA, Miguel Darcy de. "Natureza contra o Mercado", Vermelho e Branco, nº 28, junho, 1992
- REFORMA URBANA "Edição Especial do Fórum de Reforma Urbana", Eco-92

ENTREVISTA

Um trabalhador em movimento

"SINDICATO É PARA FAZER POLÍTICA, POLÍTICA DO TRABALHADOR, NÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA".



Ele não hesita em levar aos leitores de "SE LIGA NO SINAL" um pouco da história de vida e trabalho de um metalúrgico. De sua experiência como líder sindical no trabalho autônomo, afastado do movimento, mas mantendo a preocupação e o contato, mesmo que indireto, com a luta da classe trabalhadora brasileira.

Abdias José dos Santos, um metalúrgico de 60 anos, veio para o Rio de Janeiro na década de 50 com o mesmo objetivo de muitos outros imigrantes: trabalhar. Exerceu a profissão de carpinteiro, sendo contratado na construção civil e na construção naval (por não integrar a categoria dos metalúrgicos). Foi nessa época que começou a tomar conhecimento da relação empregado x empregador e a reconhecer a relação de classes existentes na sociedade.

No início da década de 60, com o crescimento da indústria naval, o movimento sindical começou a se organizar e crescer. A luta permitiu aos trabalhadores ganhar como o contrato coletivo de trabalho, o estabelecimento de um plano de carreira para os marítimos (essa época os trabalhadores de estaleiros eram vinculados à Federação dos Marítimos), paridade com os aumentos de salários dos marítimos, férias de 30 dias, salário família para esposa e filhos de até 14 anos, adicional de insalubridade de 25% sobre o salário bruto.

O grupo de 64 veio a constituir o movimento sindical e a atingir a categoria dos marítimos. Logo depois a organização dos trabalhadores, mas gerou dentro deles (mais tarde, nos anos 70) a vontade política de integrar a categoria e tentar resolver o processo de luta.

Com a regressão ao movimento sindical, houve uma agitação dos trabalhadores ao movimento de lutas (final da década de 60).

Abdias entrou no Mar de São Carlos e trabalhou como carpinteiro autônomo. Conseguiu, juntamente com outros companheiros, criar a Federação de Associações de Trabalhadores do Estado do Guanabara (Falg) tornando-se o presidente do Conselho Deliberativo - e organizou cerca de 60 favelas. O movimento foi reprimido, mas os espaços não podem ser desconsiderados. Abdias retornou, então, ao movimento sindical (final da década de 70) e mudou-se da favela para a Leopoldina.

Em 1975 retornou ao estaleiro (em Niterói) onde, juntamente com antigos companheiros, reatou o movimento sindical que em 1974 desistira. Em 1980 montaram uma dupla de oposição que ganhou a direção do sindicato dos metalúrgicos de Niterói e cuja luta era a do sindicalismo combativo. Nem todos os companheiros de culpa, porém, com amadurecidos para a luta que aquele tipo de sindicalismo encaminhou. Ficaram divididos pelo discurso da outra parte: "Os patrões colocavam no cabeça dos trabalhadores que sindicato não podia ser movimento político". Havia um meio ao grupo e Abdias foi escolhido com um outro grupo, mantendo a mesma linha e o mesmo objetivo.

Com 15 anos de trabalho no estaleiro de Niterói, Abdias foi colocado em disponibilidade. Ao terminar o mandato no sindicato tornou-se um desempregado, passando a exercer a profissão de carpinteiro autônomo, mas sempre acompanhando de perto os rumos do movimento sindical: "Não tenho consciência clara com o patrão, com os trabalhadores nas assembleias sindicais. Como não tenho vínculo empregatício, não quero me infiltrar no movimento como pessoa. Conheço muita solidão de trabalhador, mas meu relacionamento é de observador e de contato com colegas".

AS CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO SINDICAL

Segundo Abdias, todo o processo do movimento sindical, decorrido durante todos esses anos, tem dado grandes contribuições para as mudanças na sociedade brasileira. Confrontamento de ideias promoveu a aquisição de direitos que foram até então negados aos trabalhadores.

O movimento contribuiu com suas lutas para mudanças históricas como a anistia, o movimento direto à Constituinte, eleição de deputados sindicais, que não podem ser expostos apesar das perdas que a sociedade brasileira sofreu posteriormente. Abdias não esconde a preocupação com o esquecimento dos ganhos do movimento sindical e com os desafios que vem trazendo: "Hoje o movimento sindical se depina com problemas

graves como falta e dispersão internas que impedem a participação e que não estão dialogando para jogarmos, jogarmos no pé da categoria de nós mesmos. Temos que superar isso e renovar o movimento, inclusive estabelecendo o princípio da solidariedade".

Quando perguntado se há alguma forma de expressão capaz de renovar o movimento sindical (como a do Luta, na década de 70), respondeu que, apesar de não estar desistindo, não sabe que se possa identificar alguma forma de aprimorar o movimento. Os sindicatos vêm sofrendo esvaziamento e isso tem causado o que hoje não se consegue formar lideranças capazes de dentro das favelas, que se engajam no confronto com os patrões pelas interesses coletivos da classe - "A representatividade dos trabalhadores é criada fora deles, através do fora mal".

É necessária uma análise desse quadro e fazer a maioria certa de as condições construídas em situação de mobilização de classe trabalhadora não seja mais tanto responsabilidade pelo retrocesso do movimento e consequentemente da sociedade. Na sua opinião, os desafios do movimento sindical contemporâneo consistem de confronto entre as classes (patrono x empregado). Enquanto continua sendo o confronto.

A GREVE

No conceito de Abdias, a greve constitui-se num instrumento de luta dos trabalhadores por seus direitos, por isso é amara e não está desgastada. A greve é, porém, criada inclusive pela população porque esta não questiona suas causas, não reconhece que é um meio pelo qual os trabalhadores reivindicam seus direitos. Concluiu que o grande desafio do movimento sindical hoje é sempre com a construção de luta de classes da população, que seja os trabalhadores um contra os outros, e reconhecer que o povo é trabalhador, oprimido, explorado e que se utiliza da greve para lutar ganando o que é seu. Ela acontece no momento de confronto com os patrões e é através do confronto, e não da negociação, que os trabalhadores devem lutar para alcançar seus direitos. "Sentir uma amargura e situação ruim que depois eles voltam a entender nossos mortos, isso não interessa". Apesar de reconhecer a greve como um direito, não considera que deve-se lutar pela greve e nem que ela seja o método para todos os males.

ORGANIZAÇÃO NOS LUGARES DE MORADIA: POSSIBILIDADE OU DESAFIO?

Abdias não tem uma resposta, nem de conflito ou não conflito. A dificuldade de lutar moradia e a falta de estabilidade no emprego afastam os trabalhadores do movimento de lutas. Mesmo quando está empregado, o tempo de trabalho e o tempo de deslocamento deixam o trabalhador muito tempo utilizado de casa, o que também dificulta sua inserção no luta social.

Não vê saída para o problema sem criar com o movimento sindical e com as associações de moradores, além da aproximação pela via da solidariedade. É necessário criar condições mesmo numa época de aumento de salários, de falta de mão de obra e desemprego total. E finalizar: "Não vejo saída a curto prazo. Mas como a ditadura burguesa é humana e bígona, acho que o bloqueio de hoje conseguiremos ultrapassar".

As experiências de luta no movimento sindical e como trabalhador quilombola foram resgatadas por Abdias em cinco livros de sua autoria: O Julgamento; Condições Operárias e Luta Sindical; O Dia a Dia do Operário na Indústria; O Biscuitivo e o Mundo Desconhecido dos Trabalhadores (este último ainda não editado).

MOVIMENTO SINDICAL: "SE NÃO TEMO ATRIBUIÇÃO, NÃO HÁO ATRIBUIÇÃO".

"O QUE ESTÁ CONSTRUINDO TRABALHADORIA NÃO É A SINDICALIZAÇÃO DO Povo DO TRABALHADOR".

"NÃO É COM A SINDICALIZAÇÃO QUE VAMOS CONQUISTAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE CLASSE, PORQUE NÓS ESTAMOS TRABALHANDO COM RECURSOS DE SINDICALISMO".



A SAÚDE SE CONTA (Nº 2)

Estamos aqui de volta para conversarmos sobre saúde. No último número falamos da VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

Agora propomos um exercício usando a questão do sarampo. Vamos imaginar algumas notícias.

SARAMPO NA LEOPOLDINA

"FORAM REGISTRADOS 135 CASOS DE SARAMPO NA LEOPOLDINA EM 1991, SEGUNDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. APESAR DESTA DOENÇA SER IMUNOPREVINÍVEL, ISTO É, EXISTE VACINA CONTRA O SARAMPO, O NÚMERO DE 135 CASOS PODE SER CONSIDERADO ELEVADO PARA UMA ÁREA URBANA ONDE SE SUPÕE QUE A POPULAÇÃO TENHA FÁCIL ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, TENDO CONDIÇÕES ASSIM DE VACINAR SEUS FILHOS."

"NA LEOPOLDINA, EM 1991, OCORRERAM 135 CASOS DE SARAMPO. SEGUNDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ESTE

NÚMERO PODE SER CONSIDERADO BAIXO COMPARANDO-SE COM A POPULAÇÃO EXISTENTE NESTA REGIÃO. ESTE FATO SE DEVE À BOA COBERTURA VACINAL DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ÁREA, O QUE CONTRIBUÍU PARA A BAIXA INCIDÊNCIA DA DOENÇA."

As notícias acima trazem informações contraditórias em relação à gravidade do sarampo, porém se forem analisadas separadamente, existem argumentos que justificam tanto a primeira como a segunda afirmação.

O que se quer comentar é que um dado "135 casos de sarampo" não diz muita coisa se visto sozinho. Isto indica que os dados divulgados pelos serviços de saúde são de difíceis interpretações por parte da população, quando não trazem outras informações.

"HOVE NA LEOPOLDINA, EM 1991, 135 CASOS DE SARAMPO DISTRIBUÍDOS PELOS BAIRROS DA PENHA E BONSUCESSO, MAIS ESPECIFICAMENTE NA RUA URANOS E NA PRAÇA DAS NAÇÕES."

Com esses dados adicionais, fica mais fácil julgar a gravidade dos fatos do que nas formas anteriores. Entretanto isto também não encerra o assunto; os 135 casos de sarampo não conseguem traduzir a dimensão desta doença na área. Pode ter havido outros casos que não foram atendidos nos serviços de saúde e outros que, embora atendidos, não tenham sido notificados.

Para termos a real dimensão deste problema, vamos entrevistar profissionais da Secretaria Municipal de Saúde na próxima edição para relacionarmos os casos de sarampo da Leopoldina com os restantes ocorridos no Município do Rio de Janeiro.

ACONTECEU

* Debate "CEPEL fala sobre cólera" organizado por Fernando P. De Souza e Maria de Fátima Soares, com a presença de Victor Valla, professor da ENSP, e Mauro de Lima Gomes, sanitarista. Enfocaram o papel do Estado na prestação de serviços básicos à população. O evento aconteceu na Escola Joracy Camargo, no dia 14/06/92.

* Censo na Leopoldina: Do dia 15/04 a 15/05 foi realizado o 1º Censo dos Deficientes da Leopoldina, com a finalidade de fornecer subsídios à Prefeitura do Rio de Janeiro na implantação de um Lar Escola Francisco de Paula na área da Leopoldina.

* CEPEL na Eco'92! No dia 03 de julho o CEPEL representado por Victor Valla e Fernando, participou do Fórum Global com a exposição "Condições de Vida na Favela", juntamente com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (Gilson, Itamar e Zica). O debate foi aberto aos participantes, a maioria de outros países.

* E mais Eco! A Leopoldina, no Fórum Global, apresentou o Show Ecológico pela Caravana Mirim da Leopoldina - na Tenda do Futuro.

ESTÁ ACONTECENDO...



* Um dos objetivos do CEPEL é a pesquisa. Estamos nos dias 06, 13, 20 e 27 de julho, oferecendo o curso sobre Pesquisa Participante, no horário de 15h às 18h, pelos professores Victor Valla e Eduardo Stotz.

VAI ACONTECER...

* O CEPEL, juntamente com o IBASE está oferecendo o curso de Metodologia de Análise de Conjuntura no Colégio Assunção (Sta. Tereza), nos dias 31/07 e 01/08. Informações pelo telefone 590-1998 (CEPEL).

* A Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz, está oferecendo o curso de Aperfeiçoamento em Educação e Saúde, coordenado pelo professor Victor Valla. Inscrição vai de 04/05/92 a 05/06/92 e poderá ser feita na Secretaria Acadêmica (Rua Leopoldo Bulhões, 1480/317). O curso vai de 17/08/92 a 23/10/92. Miores informações pelos telefones 290-0085/590-3798 (r. 2058).

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DA LEOPOLDINA CEPEL



Rua Uranos, 1.496/sala 401
Tel.: 590-1998
Olaria
CEP: 21.060 - Rio de Janeiro-RJ

IMPRESSO